

CONEXÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL CIDADE ESCOLA APRENDIZ E O CONCEITO BAIRRO-ESCOLA

Mayara de Freitas

Universidade Federal de São Carlos
ma.mayara.freitas@gmail.com

Sandra Aparecida Riscal

Universidade Federal de São Carlos
riscal@uol.com.br

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar as concepções de “Bairro-Escola”, “educador comunitário” e “gestor público em Educação Comunitária” e parceria que fundamentam o projeto Bairro-Escola da Organização não-governamental Cidade Escola Aprendiz. O procedimento analítico deste trabalho se baseia nas categorias, modernização e racionalização, de Max Weber e a concepção de burocracia de Maurício Tragtenberg. Para alcançar o objetivo proposto, foi realizada revisão pertinente das publicações veiculadas. Os resultados têm mostrado articulação com o projeto de modernização e racionalização e de gerenciamento de resultados que vem sendo desenvolvido no âmbito nacional, estadual e municipal.

Palavras-chave: programas sociais; parcerias público-privadas; justiça social e cidadania.

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

O presente trabalho é resultado dos estudos realizados em dois anos no grupo de pesquisa junto a Profa.Dra. Sandra Aparecida Riscal que possibilitou apoio no aprofundamento teórico, e em um ano de pesquisa de iniciação científica financiada pelo CNPq, e que agora poderei dar andamento no mestrado.

O objeto de estudo é o projeto Bairro-Escola da Organização Cidade Escola Aprendiz, trata-se de uma organização não-governamental, que entre outros, trabalha com gestão escolar. O objetivo é analisar as concepções de “Bairro-Escola”, “Educador Comunitário”, “gestor público em Educação Comunitária” e parceria que o fundamentam. Pretende-se compreender, por meio da análise do discurso presente na documentação relativa ao programa, a relação entre as ações propostas e os fundamentos teóricos apresentados, verificando a sua aderência e organicidade. Pretende-se, ainda, determinar o papel atribuído às parcerias e sua articulação com o projeto de modernização, racionalização e de gerenciamento de resultados que vem sendo desenvolvido no âmbito nacional, estadual e municipal. Buscamos esclarecer quais são as concepções teóricas que norteiam a Organização Cidade Escola Aprendiz, de forma que se possa estabelecer seu papel na política educacional municipal.

A organização não-governamental Cidade Escola Aprendiz foi criada por Gilberto Dimenstein em 1997, um período em que há a difusão da imagem do Estado enfraquecido em vista de um mercado forte. Este pensamento faz com que se predomine a apropriação privada

da esfera pública, o que produz e reproduz relações de desigualdade. O momento histórico é representado por uma nova consciência organizadora da experiência humana, é a racionalidade do pensamento científico hegemônico na estrutura das relações sociais, que envolve a evolução das inovações tecnológicas na formulação de novos valores éticos e culturais. Isso faz com que os sujeitos, grupos e instituições sociais sofram alterações consideráveis em seus hábitos, costumes e compreensão da realidade.

Essa nova racionalidade envolve a eliminação de funções que acarretam gastos, é a política de controle total da qualidade. E como a escola é a principal responsável por formar indivíduos, esta deveria se moldar às mudanças, passando a formar indivíduos condizentes com as necessidades do mercado, ou seja, mais competitivos, flexíveis e precisos. Nesse sentido a educação deve qualificar os indivíduos com competências técnicas, sociais e pessoais para as novas exigências. Assim, a educação voltada para a inserção rápida no mercado de trabalho é um dos mecanismos para imposição de valores e de certos papéis sociais.

Quando o papel da escola passa a ser o de fornecer mão-de-obra de acordo com a divisão social e técnica do trabalho, reproduzindo as relações de dominação e supervalorizando as recompensas através dos méritos, anulam-se os indivíduos, tratando-os como números, o que facilita o desequilíbrio constante entre capacidade e autoridade, e inibe a criatividade, surgindo o dilema maior entre ordem e liberdade.

A partir da década de 90, a abertura democrática fez com que houvesse um movimento de parcerias entre o Estado e a sociedade civil, para que as políticas públicas fossem realizadas de forma conjunta. As parcerias são estimuladas pelo poder público estatal a fim de promover a execução de políticas sociais compensatórias, e pelas agências de cooperação com o objetivo de colaborar no combate à pobreza. O intuito era de atingir a equidade nas áreas como a educação no lugar da igualdade de cidadania. A intervenção do Estado no oferecimento das políticas sociais e educacionais passa a ser inserida por uma nova relação entre o público e o privado, ou seja, a concepção de público incorpora o privado nos projetos de parceria e incentivo da sociedade civil.

O processo de democratização e as propostas de redução de intervenção estatal, ou seja, descentralização e autonomia, sugeridas pelas agências internacionais resultaram na crescente desobrigação do Estado no terreno das políticas sociais, transferindo responsabilidades para o setor privado em nome da eficiência e efetividade.

As reformas surgidas na educação, a partir de então, postularam um posicionamento de incentivo ao envolvimento e participação da comunidade na gestão da escola. A própria Constituição de 1988 versou sobre o pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas. Posteriormente, a LDB, lei 9394/96 deu início a um processo que se propagou pelos diferentes níveis dos diferentes sistemas de educação brasileiros, a idéia de implementação da gestão democrática. Essa idéia viabiliza que a escola trace seu próprio caminho, compreendendo o comprometimento de toda a comunidade escolar e contribuindo para melhorar a qualidade pedagógica, ao aproximar o currículo da realidade e atualidade e desenvolver objetivos comuns.

Ocorrem que os ajustes do mundo da globalização têm se tornado obstáculos para a gestão democrática. O discurso da flexibilidade, da diversificação, da produtividade, eficiência, qualidade, descentralização e modernização, estão adequados às reformas neoliberais. Além disso, a gestão escolar vem apresentando diferentes enfoques ao longo de sua história, sendo tradicionalmente acompanhada por rudimentos do autoritarismo, patrimonialismo e clientelismo.

No estado de São Paulo, as reformas da educação tiveram como finalidade reorganizar a educação nos municípios paulistas por meio de um processo de racionalização da estrutura administrativa, eficiência na gestão dos recursos materiais e humanos, e preparação de quadros tecnicamente especializados. O propósito explícito destas reformas era a adoção de novas estratégias com a finalidade de otimizar o sistema, o que permitiria elevar sua cobertura por meio de estruturas educacionais flexíveis. Para tanto, a administração gerencial é apresentada como a solução para viabilizar uma nova racionalidade, já que com a reforma educativa no sistema educacional transfere para as instituições escolares, as ações de capitalizar e destinar recursos financeiros, implantando assim, a concorrência no oferecimento de facilidades para a inserção da esfera privada nas instituições educativas.

ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL CIDADE ESCOLA APRENDIZ

A Cidade Escola Aprendiz utiliza o conceito de Bairro-Escola, em que a educação deve acontecer por meio da gestão de parcerias, envolvendo escolas, famílias, poder público, empresários, organizações sociais e associações de bairro, capazes de administrar as potencialidades educativas da comunidade. Também destaca que o programa tem de avaliar e sistematizar periodicamente o modelo de gestão, tornando-o mais eficiente.

Tendo a gestão escolar como um de seus focos, desenvolve metodologias e materiais de capacitação de professores e gestores da educação, com o intuito de disseminar o conceito de Bairro Escola. Utiliza-se também do BairroEscola.Net que entre os objetivos, busca identificar as potencialidades da comunidade por meio de um grande banco de dados virtual, além de encontrar as empresas, as escolas, as organizações e as instituições (públicas ou privadas) que contribuem de alguma forma para a educação da comunidade.

Sua sede é em São Paulo e sua estrutura organizacional é composta por: coordenadora do núcleo de comunicação comunitária, gestor de conteúdo/editor, repórteres, estagiários. No âmbito institucional a organização Cidade Escola Aprendiz criou uma estrutura de divulgação das ações e de articulação em rede com o poder público, com a sociedade e com as empresas privadas. Organiza suas ações em rede com diversos campos de atuação, centros de saúdes, cinemas, teatros, praças, parques, clubes, museus, empresas, universidade, instituições não governamentais. Suas fontes de financiamento são bastante diversas, utilizando-se da parceria para se aliar com setores do poder público, empresas e pessoas voluntárias. Um conjunto de parcerias é o seu suporte, TOK&STOK, TOP CLIP, POPCOM/AG2, JOHNSON & JOHNSON, ITALIAN COFFEE, COCA-COLA FEMSA, CAFÉ DA TERRA.

Nisto é ressaltada na relação, o *marketing* e o patrocínio a projetos sociais que geram visibilidade a empresa parceira. Como estratégia, a Cidade Escola Aprendiz realiza projetos focados em arte, cultura, educação, comunicação, tecnologia e articulação comunitária. Estes visam aprimorar a sociedade e a educação ampliando as possibilidades de aprendizagem e melhora da qualidade de vida urbana.

São difundidas por essa organização, a necessária integração comunidade e escola, que é um dos principais objetivos da gestão democrática. As justificativas para o programa apontam o avanço das tecnologias de comunicação e o reconhecimento da importância do espaço local e de seu significado particular ao lado do processo de globalização. De acordo com a publicação *Bairro-escola passo a passo* (2007), as mudanças tecnológicas teriam tornado o mundo mais complexo e exigente. Para dar conta dessas novas demandas, as pessoas se vêm obrigadas a lidar com conhecimentos e a dominar ferramentas cada vez mais sofisticadas. Trata-se não apenas de uma referência às novas tecnologias, mas às mudanças impostas no setor produtivo. Em seguida, o texto complementa o raciocínio com a afirmação de que a escola não conseguiu acompanhar essas transformações – “a defasagem é perceptível e se traduz principalmente na falta de interesse e no despreparo dos alunos”. (Bairro-escola passo a passo, 2007, p. 09)

METODOLOGIA

Este é ainda um trabalho em andamento e o procedimento teórico-metodológico deste trabalho tem sido baseado em pesquisa bibliográfica e documental. Os documentos estão sendo obtidos junto aos sites da Associação Cidade Escola Aprendiz e Bairro-escola e das instituições parceiras, bem como em publicações destas instituições. A opção por incluir os meios de comunicação para a pesquisa se deve pelo fato da visibilidade que a mídia proporciona às ações empresariais, tanto no universo da educação formal quanto da informal. Serão consultadas, também, a documentação das Secretarias de educação dos municípios e das escolas que serão objeto de observação.

É necessário afirmar que não se pretende avaliar esta organização não-governamental do ponto de vista de sua eficácia, se atinge os objetivos propostos e quais os resultados obtidos até o momento. Nosso estudo está voltado para a determinação de seus pressupostos, na medida em que permite compreender seu papel de influência nas iniciativas comunitárias, gestão escolar e políticas públicas.

Para atingir o fim proposto para este estudo, usamos como referencial teórico os conceitos de trabalho, progresso, racionalização e modernização segundo as obras de Max Weber. Para discutir a concepção de gestão e autogestão, ideologia e administração temos nos baseado nos trabalhos de Maurício Tragtenberg.

Tendo como referencial teórico Weber (1991), para quem, cada época social caracteriza-se por um determinado sistema político e por uma elite que, para manter o poder e a legitimidade, desenvolve um aparelho administrativo para legalizar sua autoridade, e considera que com a modernização ocorreu o aumento da burocratização condicionando-a a uma democracia passiva

que impede os cidadãos de se manifestarem. Entendemos que as organizações burocráticas exercem o controle social através das relações entre desiguais, tendo no poder burocrático, a disciplina como aspecto fundamental.

Como já observou Tragtemberg (1977), a administração, concebida como organização formal burocrática teve sua origem e desenvolvimento na administração estatal e permaneceu com o significado de administração pública durante séculos. Encontramos exemplos de burocracias no antigo Egito e na antiga China, onde os mandarins constituíam uma elite de intelectuais administradores do Estado.

Toda a administração era pública até o período capitalista. O mesmo processo que possibilitou o desenvolvimento do capitalismo desenvolveu o conceito de administração como organização funcional das corporações privadas, e as empresas, redimensionando seu significado político para o campo do planejamento por meio do desenvolvimento de atividades adequadas para a realização da acumulação de capital privado.

A administração privada ganhou sua maior expressão na concepção *taylorista* que ficou conhecida como administração científica. A concepção de administração científica tinha como objetivo fundamental constituir um novo tipo de organização do trabalho, voltada para a elevação da produtividade, o que seria possibilitado pelo controle racional do trabalho, levando o trabalhador a executar as tarefas utilizando o máximo de sua energia e habilidade com a finalidade de obter o maior índice de eficiência possível. Este é o conceito de administração que vem predominando até os dias de hoje.

O sistema de produção, eminentemente racional e capitalista, originou-se de um novo conjunto de normas sociais morais. O capitalismo além de ser um sistema econômico é uma forma de vida racional, esta é a grande marca do mundo moderno. Portanto, não há como pensar o mundo moderno sem burocracia. O significado atual de burocracia adquire sinônimo de excesso de normas e regulamentos. Em tese, burocracia é um sistema de controle social baseado na racionalidade, tendo em vista a eficiência na obtenção dos resultados esperados.

A burocracia em qualquer organização será estabelecida segundo um princípio de hierarquia. Relações hierárquicas entre superiores e subordinados são preenchidas por cargos de direção e chefia e, também, cargos subalternos que são claramente definidos, de forma que a supervisão, a ordem e a subordinação sejam realizadas e assimiladas plenamente. O funcionário burocrata deve cumprir com exatidão as tarefas e funções que lhes são destinadas. A hierarquia categoriza que o cargo mais alto supervisiona o cargo inferior, tomando decisões, independente do conhecimento que tem sobre o assunto.

Esse “governo de repartições”, para ser eficiente, precisa detalhar antecipadamente como as coisas devem ser feitas, isso acaba gerando um embate entre os tipos profissionais. O homem culto, erudito, valorizado desde a Grécia Antiga, perde espaço para o profissional de competência técnica, fazendo com que a erudição seja substituída pela especialização. O cumprimento das tarefas deve ser feito segundo regras calculáveis que se desenvolvem perfeitamente na medida em que consegue eliminar da conduta humana todos os elementos

irracionais e emocionais, promovendo a impessoalidade, esta por sua vez, faz com que o cargo esteja acima das vontades pessoais. Isso torna o funcionário moderno “preso” a certa disciplina, a uma postura profissional.

Em busca deste profissional especializado, a burocracia se expande por todos os campos da vida social, inclusive ao ensino, que pode ser prejudicado, principalmente, quando a autonomia e a liberdade são impedidas de serem vivenciadas. Isso porque, no mundo moderno, os sistemas, tanto educacionais quanto administrativos são burocráticos. Seguindo regras e normas, a burocracia pode ser moldada através de méritos. De certa forma, o sistema educacional proporciona, àqueles que nele estão inseridos, determinados méritos que trarão prestígio e facilidades no mundo burocrático. Assim ocorre uma “troca de favores” entre a educação e o sistema burocrático, pois a escola proporciona uma série de certificados e títulos para aqueles que são promovidos nos rituais de ascensão, e a burocracia proporciona vantagens para estes beneficiados pelos diplomas. Sendo assim, a educação não é importante em si mesma, pois sua importância se resume aos títulos que ela oferece. Logo, tal educação faz com que a procura por um diploma não esteja relacionada com a “sede de saber” e sim com a vontade de obter cargos sociais e econômicos vantajosos.

Em relação à autonomia no sistema educacional burocrático, pode-se dizer que a liberdade de exposição crítica esbarra-se na organização hierárquica, dessa forma, a escola colabora para uma prática não participativa, que apenas reproduz os conceitos e idéias dominantes. Weber (1991) observou que, em cada época, um determinado tipo de educação era mais valorizado pelas diferentes organizações políticas. Com a globalização, vivemos um contexto onde a sofisticação do capitalismo exige agilidade nas atitudes e decisões, havendo uma constante necessidade de adaptação às pressões do ambiente sócio-cultural, da inovação tecnológica e do sistema econômico. Esse ambiente dinâmico que submete a vida às leis do mercado tem criado novas rotinas e novos e sutis mecanismos de controle. Essas novidades e modificações mergulham as organizações numa espécie de sofrimento, mal-estar, que é fortalecido pelas inseguranças e incertezas proporcionadas pelo processo de globalização.

ANÁLISE DOS DADOS

A ONG Cidade Escola Aprendiz tem influenciado programas de âmbito nacional e encontra-se presente em diferentes municípios e dezenas de escolas em todo o país. Fazem-se referência a conceitos como liberdade, autonomia e responsabilidade, enquanto se prega uma educação lúdica. Ao mesmo tempo em que se trata de redes educativas territoriais, se afirma que estas criam condições adequadas para a prática da educação integral, uma educação que não se limita ao espaço escolar e possui uma visão integradora e sistêmica do processo de formação e transformação dos sujeitos, é afirmada a busca de alianças e canais de comunicação entre as diversas esferas de vida do sujeito, buscando um aumento e uma diversificação significativa das ofertas educativas disponíveis. Esta fragmentação, e falta de sentido, entretanto, é apenas ilusória porque o uso de termos e frases, deslocados do contexto original de onde foram retirados,

faz com que sofram uma re-significação. Embora pareçam remeter a uma experiência autogestionária e libertadora, são apresentados em um outro contexto, que visa em última instância, à formação para o trabalho e o desenvolvimento econômico, assumindo uma outra significação, muito distante da original.

Encontra-se, nas propostas, ao mesmo tempo, um discurso que mistura expressões poéticas e clichês acadêmicos, em um tom que flutua entre o ideal romântico e os desejos coletivos, dando a impressão de tratar-se de uma proposta quase óbvia, contra a qual ninguém poderia ter qualquer coisa contra.

Riscal (2010) observa que este processo de re-significação decorre do campo fluído que se tornou o discurso das ciências sociais em particular no campo da educação.

Termos como cidadania, democracia, sociedade, gestão democrática podem assumir as mais distintas concepções, ao gosto do freguês, porque se perdeu de vista o terreno conceitual no qual foram gerados. Acredita-se que ao se falar de sociedade civil em um texto de Gramsci, Hegel ou Bresser Pereira, se está referindo a um mesmo objeto, que teria uma vida material e natural. É necessário que se recorde uma antiga lição, de que os conceitos são construções mentais e que têm, eles também, uma história material. (RISCAL, 2010)

Exemplo disso é a seguinte locução que se refere ao projeto Bairro-escola:

(..)um projeto de cidade, que gera autonomia, cooperação e contribui para o desenvolvimento local, uma vez que fortalece simultaneamente o capital humano e o capital social, expandindo o potencial dos indivíduos ao mesmo tempo em que estreita os vínculos entre os atores locais. (Bairro-Escola passo a passo, p. 08)

Neste caso mescla-se o ideal de um projeto que não seria apenas local, mas de cidade, que geraria autonomia, cooperação para o desenvolvimento local, apontando assim para ideais comunitários. Ao final acrescenta uma concepção que pode ser reconhecida como originária das décadas de 1960 e 1970, conhecida como teoria do capital humano, cujo pressuposto central seria a consideração da força de trabalho como capital, que pode ser produzido deliberadamente por meio de investimentos e treinamento com vistas ao crescimento econômico. Esta concepção, que considera o trabalhador como capital é ainda associada, na frase, ao conceito de capital social, que pode ser interpretado em diferentes acepções, tanto no sentido empresarial, quanto segundo a concepção de Bourdieu, que remete às trocas simbólicas entre indivíduos no campo social. Finalmente a referência ao estreitamento de vínculos entre os atores locais, pode ser considerada uma referência às concepções de redes sociais que tem freqüentado alguns estudos de ciências sociais a partir da década de 1980.

O projeto Bairro-Escola é apresentado como uma proposta de política educativa cuja realização depende fundamentalmente das condições econômicas, políticas, culturais e territoriais de cada lugar. O ideal do projeto Bairro-Escola é mobilizar estratégias que permitam a construção de uma rede de relações entre instituições, serviços e pessoas da comunidade, possibilitando a todos, o aproveitamento das diferentes oportunidades de aprendizagem. A metodologia adotada é da

aprendizagem pela prática – discussões em grupo, tomada de decisões democráticas e a realização de produtos, sejam meios de comunicação ou manifestações artísticas. O projeto foi adotado nos seguintes municípios, segundo informação do site (2010) Vigário Geral e Parada de Lucas – RJ, Nova Iguaçu – RJ, Belo Horizonte – MG, Barueri – S.P, Campinas – S.P, São Bernardo – S.P, São Carlos – S.P, Sorocaba – S.P, Praia Grande – S.P, Taboão da Serra – S.P, São Luis – MA.

De acordo com o site oficial do programa, são inúmeros os parceiros financeiros do projeto. Pode-se encontrar os mais diferentes perfis de empresas – pequenas, médias e grandes, multinacionais, nacionais, pertencentes ao ramo da educação, financeiras, artísticas, de telecomunicações, alimentos etc. Pode-se encontrar empresas como a British Telecom, a Fé da Terra, Fundação Itaú Social, IBEM Brasil e IBM International Foundation, FIAT do Brasil, Unibanco, Laboratório Pfiser, UNICEF, Microsoft, e o banco J P Morgan, conhecido parceiro de agências multilaterais. Segundo as informações recolhidas no site, teriam sido atingidos, até o momento (2010), cerca de oito mil educadores:

Parceria com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp): seis mil gestores de escolas públicas paulistas formados. Parceria com a Universidade de São Paulo Leste (USP/Leste) e a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo: mais 1.200 professores de educação infantil e fundamental atendidos. Outros 800 profissionais de educação alcançados em Boa Vista, capital de Roraima e nas cidades paulistas de Praia Grande e São Bernardo. Total até o momento: cerca de oito mil educadores atingidos diretamente. (MEGUERDITCHIAN, 2006)

Um dos conceitos centrais no projeto é a cidadania fundada em uma concepção que mescla solidariedade e cooperação. Ao discutir o papel da educação comunitária encontramos referências ao multiculturalismo, à necessidade de tornar o educando um sujeito ativo, à autonomia e à participação coletiva. Em suma a educação comunitária:

(...)depende de uma ação intersetorial. Baseia-se na interdependência, construída por meio do respeito, do diálogo e da valorização da diversidade como componentes complementares de uma ação integral. Todos podem e devem dar a sua contribuição. (Bairro-escola passo a passo, p.10)

A gestão comunitária seria este processo que:

Fomenta a cooperação, horizontaliza as relações, oportuniza a gestão participativa e democratiza o poder. O estímulo à troca entre diferentes atores cria pontes entre as gerações, gera vínculos afetivos e produtivos e amplia a capacidade de diálogo.

Ao valorizar e socializar os potenciais da comunidade, esse novo modelo educacional, também fortalece a identidade coletiva, o sentimento de pertencimento e a percepção de que os bens públicos não são do governo, mas de toda a população e, portanto, devem ser acessados e cuidados por todos. (Bairro-escola passo a passo, p.10)

Segundo os documentos estudados até o momento, a proposta do Bairro-Escola só se realiza quando os esforços são empreendidos pelo poder público, e acompanhados e complementados pela sociedade civil.

A população precisa ser mobilizada para compreender, desejar e participar da sua implementação. Torna-se interessante, portanto, que líderes comunitários, organizações sociais e formadores de opinião, juntamente com a prefeitura, construam uma espécie de pacto, capaz de traçar objetivos, responsabilidades e metas comuns e garantir o comprometimento de todos com a sua consecução. (Bairro-escola passo a passo, p.11)

O projeto propõe um pacto com a sociedade civil, com a realização de parcerias específicas com aqueles que disponibilizam espaços, monitores, instrutores, metodologias, recursos materiais ou financeiros para a execução do programa, também precisam ser formalizadas. A idéia é, segundo o projeto, implantar uma rede de parcerias diversificada e um processo de gestão transparente e participativo são requisitos essenciais para que a iniciativa tenha qualidade, sustentabilidade e continuidade.

Além disso, no bairro da Vila Madalena a organização Cidade Escola Aprendiz abriu um estabelecimento chamado Café Aprendiz, que:

(...) além de espaço gastronômico, cuja renda reverte-se para a instituição, é também um laboratório de experiências educativas. Muitos dos programas da organização acontecem ali, traduzindo mais uma vez a filosofia da Cidade Escola Aprendiz, que leva a educação para além dos limites da escola. (Bairro-Escola passo a passo, p.9)

Segundo a ONG, o Café Aprendiz traduz o objetivo que é mostrar que a educação ocorre não somente nos limites da escola, mas em todos os cantos da comunidade. Neste espaço é promovida uma série de atividades diferenciadas como: exposições de arte; palestras; lançamento de livros e curtas-metragens; oficinas de culinárias para adultos, jovens e crianças; oficinas de informática para idosos; oficinas de inclusão digital para crianças de baixa renda, entre outras. A Cidade Escola Aprendiz também tem um Buffet Café.Aprendiz, que realiza serviço de coquetel, coffee break, almoço, entre outros, usando o discurso de que é um jeito de levar o espírito educativo para os eventos.

Também encontramos propagandas de estabelecimentos comerciais mostrando que se utilizaram dos serviços que a ONG presta. Aqui citaremos dois, o primeiro se trata do “Imperatriz Villa Bar”, que com dois anos de existência comemora com grafiteiros do projeto aprendiz.

Essas atividades parecem, desviar sua finalidade, já que há a contradição entre ser uma ONG, ou seja, não terem fins lucrativos, e cobrarem por serviços prestados, ter funcionários, investir em equipamentos e propriedades, e no mercado de capitais. Isso nos permite deduzir que a Cidade Escola Aprendiz atende a lógica empresarial de prestação de serviço, gerando ações de interesse mútuo. Portanto fortemente determinada pelos padrões da cultura organizacional, utilizando-se da administração legal racional descrita por Weber, já que o quadro administrativo é constituído por funcionários individuais, qualificados profissionalmente.

Dessa forma, sua influência na educação formal e informal, assessoria aos governos estaduais e municipais, e, suas políticas que são voltadas à produzir mudanças na gestão

escolar e na cultura da organização, para que se desenvolvam relações, tanto interna como externa, difundindo valores e comportamentos adequados para a responsabilidade social e para o desenvolvimento sustentável, mostram serem propostas que visa uma gestão mais eficaz e eficiente. Afinal a nova ordem mundial caracterizada pela globalização, o setor produtivo precisa realizar esforços para alcançar melhores condições de competitividade, isso faz com que se necessite de praticas educacionais mais imediatas, voltadas para a formação da força de trabalho, privilegiando o lucro. Isto não condiz com o conceito de gestão democrática que é acompanhado da concepção de um instrumento de gestão que deveria ser elaborado pelo coletivo dos agentes escolares. Isso porque organizações burocráticas exercem o controle social através das relações entre desiguais, tendo no poder burocrático, a disciplina, como aspecto fundamental, sendo responsável pelas condutas humanas, produzindo formas de comportamentos e modos de pensar de acordo com os padrões de seu grupo. Um processo de individualização, ou seja, transmissão de ideologia.

O educador comunitário é peça-chave para a implementação do conceito de Bairro-Escola, trata-se de um articulador educacional para fazer a ponte entre a escola e o entorno. A formação desse educador é feita em larga escala, através de materiais e cursos especializados para gestores e educadores, tomando como base as experiências em laboratórios de países que trabalham com a educação comunitária.

O educador comunitário, profissional responsável pela gestão de redes locais, tornou-se cargo público municipal em cidades como São Paulo, Praia Grande, Belo Horizonte, Barueri e Rio de Janeiro e passou a ser recomendado pelo programa Mais Educação do governo federal para todos os municípios do país.

Mas é interessante notar a intenção de investimento privado em muitas das ações desta ONG, como já vimos, esta tem estabelecimento comercial, bufe, e, além disso, um site que visa fornecer à empresas recursos humanos. Faz-se referência a conceitos como liberdade, autonomia e responsabilidade, enquanto se prega uma educação lúdica. Ao mesmo tempo em que se trata de redes educativas territoriais, se afirma que estas criam condições adequadas para a prática da educação integral, uma educação que não se limita ao espaço escolar e possui uma visão integradora e sistêmica do processo de formação e transformação dos sujeitos, é afirmada a busca de alianças e canais de comunicação entre as diversas esferas de vida do sujeito, buscando um aumento e uma diversificação significativa das ofertas educativas disponíveis. Encontra-se, nas propostas, ao mesmo tempo um discurso que mistura expressões poéticas e clichês acadêmicos, em um tom que flutua entre o ideal romântico e os desejos coletivos, dando a impressão de tratar-se de uma proposta quase óbvia, contra a qual ninguém poderia ter qualquer coisa contra.

Essa falta de sentido, entretanto, é apenas ilusória porque o uso de termos e frases, deslocados do contexto original de onde foram retirados, faz com que sofram uma re-significação. Embora pareçam remeter a uma experiência auto-gestionária e libertadora, são apresentados em um outro contexto, que visa em última instância, a formação para o trabalho e

o desenvolvimento econômico, assumindo uma outra significação, muito distante da original.

Neste caso mescla-se o ideal de um projeto que não seria apenas local, mas de cidade, que geraria autonomia, cooperação para o desenvolvimento local, apontando assim para ideais comunitários. Ao final acrescenta uma concepção que pode ser reconhecida como originária das décadas de 1960 e 1970, conhecida como teoria do capital humano, cujo pressuposto central seria a consideração da força de trabalho como capital, que pode ser produzido deliberadamente por meio de investimentos e treinamento com vistas ao crescimento econômico. Esta concepção, que considera o trabalhador como capital é ainda associada, na frase, ao conceito de capital social, que pode ser interpretado em diferentes acepções, tanto no sentido empresarial, quanto segundo a concepção de Bourdieu, que remete às trocas simbólicas entre indivíduos no campo social. Finalmente a referência ao estreitamento de vínculos entre os atores locais, pode ser considerada uma referência às concepções de redes sociais que tem freqüentado alguns estudos de ciências sociais a partir da década de 1980.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A bibliografia estudada até o momento demonstra ser valorosa para compreender as representações sociais que podem ser concebidas como parte importante do conteúdo das ações políticas e configuram uma realidade tão densa e imediata como a própria realidade, porque são parte dela e a constituem. Fazem parte de uma cadeia de ações de homens e mulheres que procuram compreender o sentido social de suas ações e dos demais, buscando atingir os fins que essas representações permitem conceber, com os meios de que julgam dispor. Isto porque partimos da premissa de que a escola deve ser entendida como uma organização em ação, que se constitui continuamente, e o estudo das relações escolares exigem a compreensão da ação educativa no contexto escolar e do nível de interação dos sujeitos envolvidos.

Entender com estas ONGs, que trabalham com gestão escolar e políticas, têm influenciado as concepções dos dirigentes escolares é de especial importância, pois a atuação do gestor, entre muitos objetivos, busca organizar, mobilizar e articular os recursos e as condições materiais e humanas, visando garantir os processos sócio-educacionais da escola. Porém as artimanhas de insuficiências humana e materiais, são situações que podem implicar a gestão escolar em problemas de cunho social e político, esvaziando-a da sua principal função que é a transmissão de conteúdos produzidos pela humanidade em decorrência da instrumentalização do estudante na superação do *status quo*.

Muitas das organizações não-governamentais têm orientação gerencialista de racionalização do processo produtivo, desconcentração, participação e autonomia controlada e, mecanismos de adesão à proposta de gestão do governo, o que acaba não condizendo com a proposta de gestão democrática.

O discurso empresarial de modelo gerencial enfoca o preparo para a mão-de-obra que através da educação pode levar as pessoas a terem condições de competirem no mercado de trabalho. Nesse sentido, as empresas são atraídas pela isenção fiscal, a realizarem parcerias

com a escola para incentivos, que acabam promovendo mais a imagem do empresariado do que o financiamento de políticas educacionais. As organizações não-governamentais possibilitam ao empresariado a obtenção de lucro com o marketing, a partir do momento que por meio da intermediação, viabilizam ações na educação pública, fazendo com que a empresa se apresente com maior credibilidade na sociedade.

O objetivo da escola é o ensino do aluno, a gestão escolar não pode se a ter apenas à aspectos burocráticos ou administrativos, pois a organização, a gestão, as condições físicas e materiais são apenas os meios para se atingir esse objetivo. Partindo do então exposto, podemos entender que são os fins que determinam a forma de utilização dos meios e dos recursos.

Assim, em nosso trabalho, focando a organização não governamental Cidade Escola Aprendiz, observamos como sua proposta é ambígua quando propõe a cidadania e a democracia com praticas que visa o mercado de trabalho que é burocratizado, de saber racional. Já que uma educação voltada para a burocracia é transmitida pela técnica racional que suprime *o amor, o ódio, e todos os elementos pessoais, irracionais que fogem ao cálculo* (WEBER, 1968, p. 251).

A conclusão é que os processos educacionais devem se dispor a entrar em sintonia com a realidade contemporânea, se reestruturando com base em novos parâmetros e privilegiando o espaço não apenas escolar, mas principalmente o espaço comunitário. A expansão da educação para além dos muros escolares tem uma dupla serventia: possibilitar a utilização de maiores recursos físicos e materiais, já que o estado não consegue dispor do montante necessário para financiar uma educação de qualidade e incorporar setores cada vez maiores no processo de modernização.

Seriam então, necessárias novas práticas educativas e diferentes ações sociais, as mais variadas, para o desenvolvimento de experiências locais em busca de estratégias adequadas de inserção positiva das especificidades de cada local em um conjunto mais amplo de atividades. Verifica-se, portanto, que o projeto integra-se a uma visão geral de transformações do mundo produtivo, visando à intermediação de ações locais com um quadro mais amplo de desenvolvimento das atividades capitalista.

É interessante observar como a proposta, ao mesmo tempo em que aponta para uma formação educativa voltada para o mercado e para propostas de ensino baseadas na concepção liberal de aprender a aprender, semelhantes ao escolanovismo, por outro lado adota um vocabulário que amalgama conceitos de autogestão, com expressões de educação libertária retiradas de textos de Paulo Freire, às quais são acrescentadas concepções do capital humano e estratégias de ação, as mais variadas, que dão a sensação de fragmentação sem que uma coerência teórica entre os projetos possa ser detectada. Esta fragmentação pode ser apenas uma falsa sensação de superficialidade que esconde uma base flexível que permite adaptar o discurso a diferentes situações, sem que se abra mão da questão que seria fundamental, embora não seja a mais citada: a formação para um mercado de trabalho que exige uma mão de obra flexível, capaz de navegar em diferentes discursos e concepções.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO ESCOLA APRENDIZ. *Bairro-escola passo a passo*. Publicação da Associação Cidade Escola Aprendiz. Disponível in:

http://aprendiz.uol.com.br/downloads/educacao_comunitaria/bairro_escola.pdf

(Acesso 26/08/2010).

_____. *Cidade Escola Aprendiz: Fazendo da cidadania uma forma de educar*. Publicação da Associação Cidade Escola Aprendiz. Disponível in:

<http://books.google.com.br/books?id=WDX2inwuThYC&pg=PA305&dq=cidade+escola+aprendiz&lr=&cd=11#v=onepage&q=cidade%20escola%20aprendiz&f=false>

(Acesso 28/06/2010).

_____. *Trilhas Educativas*. Publicação da Associação Cidade Escola Aprendiz. Disponível in: www.cidadeescolaaprendiz.org.br/.../Trilhas%20Educativas%20livro.pdf

(Acesso 26/06/2010).

BARESSP, Jornal Eletrônico. *Imperatriz Villa Bar faz dois anos e comemora com Grafiteiros do Projeto Aprendiz*. Publicação do Gabinete de Comunicação, 2010. Disponível in:

<http://www.baressp.com.br/barreporter/rep.asp?n=3561&canal=1> - (Acesso 29/10/2010)

TRAGTENBERG, M. *Burocracia e Ideologia*. São Paulo: Ática, 1977.

WEBER, Max. “Burocracia”. In: _____. *Ensaio de Sociologia*. Rio de

Janeiro: Zahar, 1968. p. 229-282.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*: tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa: revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1991, p. 37.